

Credor só quer acordo sob a nova Constituição

BETH CATALDO
Enviada especial

WASHINGTON

— Os bancos credores da dívida externa do Brasil não querem formalizar um acordo com o Governo brasileiro antes que a Assembleia Nacional Constituinte conclua os seus trabalhos. A informação foi dada ontem pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, no início da tarde. O Ministro acrescentou apenas que os banqueiros manifestaram a opinião de que é melhor esperar a decisão final sobre a futura Constituição do País, deixando claro que consideram improvável a conclusão de um acordo imediato em torno da dívida brasileira.

— Eles acham que vai ser difícil fazer um acordo já — afirmou o Ministro, confessando a sua expectativa de que os credores rejeitem a proposta inicial brasileira na próxima sexta-feira.

Bresser Pereira não quis detalhar os pontos que mais preocupam os bancos credores no processo de decisão da Constituinte. Mas outras fontes do Governo brasileiro, que também participam das negociações externas, informaram que as definições da Constituinte aguardadas com maior ansiedade pelos credores estão relacionadas à duração do mandato do Presidente José Sarney, ao tipo de regime político a ser adotado no País — se presidencialista ou parlamentarista — e, ainda, a questões específicas de tratamento do capital externo, como a reserva de mercado.

Não estão excluídas da área de interesse dos bancos credores também as decisões sobre as relações entre capital e trabalho, particularmente o desfecho final em torno da proposta



de estabilidade no emprego.

O que interessa ao Brasil, definiu o Ministro Bresser Pereira, a partir da constatação de que “os bancos não estão com pressa”, é fazer um bom acordo com os credores, que ele traduz como um acerto que represente um avanço nítido em relação aos acordos já estabelecidos pela Argentina, o México e as Filipinas com os seus credores. O Ministro insiste em que a concretização de um pagamento simbólico aos credores sobre os juros que lhe são devidos só será possível se as instituições financeiras estiverem negociando ativamente com o País o acordo proposto.

— Em hipótese alguma faremos um acordo correndo, só para agradar aos bancos — assegurou.

A possibilidade de que os credores apresentem uma contra-proposta ao plano brasileiro na próxima sexta-feira, não perturba o Ministro da Fazenda. Ele considera essa iniciativa normal e chamou atenção, inclusive, para a sua expectativa de que não será possível concluir qualquer acordo a curto prazo, prevendo negociações demoradas em torno da proposta brasileira.

O Ministro ainda justificou a postura brasileira de insistir em um caminho de reestruturação a longo prazo do endividamento externo do País, que pressupõe a emissão de bônus e a conversão de parte dos débitos em investimento, como a principal alternativa para a redução da dívida. O caminho tradicional, o refinanciamento dos juros, tem como consequência, segundo ele, apenas o aumento da dívida e o desdobramento prolongado de negociações com os credores. A dívida externa é, na sua opinião, o principal problema enfrentado pelo Brasil e um problema que se agrava cada vez mais, na medida em que vem se reduzindo a capacidade brasileira de pagamento desses débitos.



Reagan, à direita, e James Baker na Reunião do FMI



Barber Conable conversa com Camdessus (à direita)

Telefotos da AFP